



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO: A REVISÃO DAS LEIS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS (2019/2020)

PROGRAMA

Apresentação

As estatísticas publicadas pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e, mais recentemente, pela Direção-Geral de Política de Justiça do Ministério da Justiça confirmam a tendência de crescimento constante da litigância na jurisdição administrativa, acompanhada pelo crescimento do número de profissionais e especialistas dedicados ao Direito Administrativo e ao Direito Tributário um pouco por todo o país. As recentes intervenções legislativas nos diplomas estruturantes do Direito Administrativo e do Direito Fiscal português evidenciam, por sua vez, a necessidade permanente de todos os operadores jurídicos na atualização dos seus conhecimentos nesta área, valendo a pena destacar a aprovação e entrada em vigor de um novo Código do Procedimento Administrativo (2015), a reforma do ETAF e do CPTA (2015), a recente e profunda revisão do Código dos Contratos Públicos (2017), a aprovação do novo modelo de tramitação eletrónica dos processos administrativos e fiscais, ou as sucessivas alterações na legislação tributária nos mais diversos domínios.

A iminente aprovação do pacote legislativo para a *Reforma da Jurisdição Administrativa e Fiscal* preparado pelo XXI Governo Constitucional suscita, no momento presente, novos desafios neste domínio, com projetadas alterações ao ETAF, CPTA, CPPT e ao RJUE, mas também e sobretudo com inovadoras propostas ao nível da organização e especialização dos tribunais administrativos e fiscais e da arbitragem administrativa e tributária.

Este conjunto de circunstâncias dá o mote para que, na sequência de outros Cursos já realizados em Faro (*Direito do Urbanismo e da Construção* [2014 e 2015] e *Direito dos Contratos Públicos — A revisão do Código dos Contratos Públicos* [2017 e 2018]), o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa se associem ao Conselho Regional da Ordem dos Advogados de Faro na organização de um *Curso de Pós-Graduação de Contencioso Administrativo e Tributário: A revisão das leis processuais administrativas e tributárias*, colhendo os frutos da experiência muito positiva do Curso de Pós-Graduação em *Teoria e Prática em Contencioso Administrativo*, realizado em 2018.

Destinado a Advogados, Juizes, Estudantes, trabalhadores do setor da Administração Pública ou da Justiça com interesse particular nas áreas do Direito Administrativo, o Curso de Pós-Graduação estrutura-se em dois módulos ? Contencioso Administrativo e Contencioso Tributário ?, que podem ser frequentados em conjunto ou isoladamente, e desdobra-se em três eixos fundamentais: (i) por um lado, o objetivo de estabelecer a ponte entre os conceitos e institutos fundamentais de Direito Administrativo e Fiscal substantivo com as técnicas e instrumentos do correspondente Direito Processual; (ii) por outro lado, a ambição de aproximar os conhecimentos teóricos de Direito Administrativo, de Direito Fiscal e de Teoria do Processo com os aspetos práticos de organização, funcionamento e prática processual nos Tribunais Administrativos; (iii) por fim, e tendo em vista a relevância das matérias urbanísticas na prática jurídica dos particulares e das entidades públicas algarvias, o Curso não deixará também de integrar os aspetos essenciais de cruzamento dos regimes urbanísticos com o Contencioso Administrativo e Tributário.

Contencioso Administrativo

4 / outubro

DOMINGOS SOARES FARINHO

- Âmbito da jurisdição administrativa (delimitação material e intervenção do Tribunal de Conflitos) e competência dos Tribunais Administrativos
- Ação popular e ação pública no Contencioso Administrativo: aspetos gerais e particularidades no domínio urbanístico (o regime do artigo 69.º do RJUE em especial)

11 / outubro

RITA CURRO

- Pressupostos processuais gerais relativos às partes (capacidade e personalidade judiciárias; legitimidade processual ativa e passiva; patrocínio forense e representação judiciária)

VASCO PEREIRA DA SILVA

- Aventuras e desventuras do novo Processo Administrativo Português
- Ações de impugnação de atos administrativos: âmbito, efeitos (regime geral e artigo 106.º do RJUE em especial), pressupostos processuais específicos (impugnabilidade; legitimidade; prazos de impugnação) e vicissitudes da instância

18 / outubro

FRANCISCO PAES MARQUES

- Ações de condenação à prática de atos administrativos (I): regime geral (âmbito, legitimidade, prazos, modificações da instância e poderes de pronúncia do juiz administrativo)
- Ações de condenação à prática de atos administrativos (II): regimes especiais no domínio urbanístico (artigos 112.º e 113.º do RJUE)
- Ações administrativas entre particulares

25 / outubro

PEDRO MONIZ LOPES

- Ações sobre regulamentos (I): invalidade dos atos regulamentares e regime processual geral (declaração de ilegalidade com força obrigatória geral; declaração de ilegalidade sem força obrigatória geral; condenação à emissão de normas)
- Ações sobre regulamentos (II): a invalidade e a impugnação de planos urbanísticos em particular

31 / outubro

MAFALDA CARMONA

- Ações inibitórias e ações de simples apreciação
- Ações de responsabilidade: conceitos gerais sobre responsabilidade civil da Administração e implicações processuais

RICARDO PRELHAZ FONSECA

- Ações sobre contratos: objeto; legitimidade; prazos

8 / novembro

JOSÉ DUARTE COIMBRA

- A tramitação da ação administrativa (I): fase dos articulados; saneamento e condensação; instrução; audiência final e alegações; julgamento

- A tramitação da ação administrativa (II): o novo regime de tramitação eletrónica do processo administrativo

15 / novembro

MARCO CALDEIRA

- Processos urgentes (I): intimação para a prestação de informações
- Processos urgentes (II): contencioso pré-contratual

22 / novembro

JOÃO TIAGO SILVEIRA

- Processos urgentes (III): contencioso eleitoral e ações para declaração de perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos
- Processos urgentes (IV): contencioso dos procedimentos de massa e seleção de processos com andamento prioritário
- Processos urgentes (V): intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias (aspetos gerais e convoação em processo cautelar)

29 / novembro

ANA GOUVEIA MARTINS

- Processos cautelares (I): aspetos gerais (âmbito da tutela cautelar; tipos de providências; critérios de decretamento; tramitação; antecipação da decisão da causa principal)

6 / dezembro

JORGE PAÇÃO

- Processos cautelares (II): aspetos particulares (suspensão da eficácia de atos administrativos; suspensão da eficácia de normas; decretamento provisório da providência; providências relativas a procedimentos de formação de contratos; regulação provisória do pagamento de quantias; produção antecipada de prova)

13 / dezembro

CECÍLIA ANACORETA CORREIA

- Processos executivos (I): a impossibilidade absoluta e o grave prejuízo para o interesse público na execução de sentenças administrativas (o regime dos artigos 45.º e 45.º-A do CPTA em especial)
- Processos executivos (II): execução para a prestação de factos ou de coisas; execução para o pagamento de quantia certa; execução de sentenças de anulação de atos administrativos

20 / dezembro

JOÃO MIRANDA

- O contencioso das contraordenações urbanísticas
- Recursos jurisdicionais no Contencioso Administrativo (regras gerais; recursos ordinários; recursos extraordinários)
- A arbitragem administrativa: aspetos gerais

Contencioso Tributário

10 / janeiro

ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA

- O contencioso tributário e os problemas atuais da justiça tributária
- A justiça tributária na perspetiva do advogado: os tempos da justiça
- A relação jurídica tributária e os poderes da Administração Tributária

17 / janeiro

PAULO MARQUES

- Procedimento de inspeção tributária: princípios, âmbito e tipologia e marcha da ação de inspeção tributária

24 / janeiro

FILIPE FERNANDES

- Metodologias de avaliação da matéria tributável: avaliação direta e indireta
- Manifestações de fortuna e acréscimos patrimoniais
- Cláusula geral e cláusulas específicas antiabuso

31 / janeiro

VASCO VALDEZ MATIAS

- Avaliação de imóveis e fixação do valor patrimonial tributário
- Acesso a informação financeira e derrogação de sigilo bancário
- Competências e meios de reação

7 / fevereiro

ALEXANDRA MARQUES

- O procedimento tributário: princípios e regras
- Os meios de impugnação de natureza administrativa
- O pedido de revisão da matéria tributável
- A reclamação graciosa
- O recurso hierárquico
- A revisão oficiosa dos atos tributários

14 / fevereiro

JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS

- O procedimento de liquidação: na Administração Tributária e na Segurança Social
- A extinção da relação jurídica tributária: vicissitudes e patologias (Administração Tributária e Segurança Social)

21 / fevereiro

ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO: A REVISÃO DAS LEIS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS (2019/2020)

- Os meios impugnatórios de natureza judicial
- A impugnação judicial
- A oposição judicial
- A intimação para um comportamento
- Os meios processuais acessórios

28 / fevereiro

JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS

- O processo de execução fiscal na Administração Fiscal, Segurança Social e Autarquias Locais
- Fundamentos e marcha processual: instauração, citação e penhora de bens, reclamação de créditos, vendas de bens e meios impugnatórios

6 / março

NUNO OLIVEIRA GARCIA

- A disciplina jurídica das taxas
- O contencioso das taxas/Autarquias Locais

13 / março

JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS

- Tipologias da responsabilidade tributária
- A efetivação da responsabilidade subsidiária
- Aspetos conexos com a reação do credor tributário
- As providências cautelares

20 / março

PAULO MARQUES

- O regime dos recursos no processo judicial tributário
- A reforma do contencioso tributário

27 / março

CLOTILDE CELORICO PALMA

- A arbitragem tributária (I): aspetos gerais, âmbito e fins da arbitragem tributária; enquadramento europeu e internacional da arbitragem tributária

ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA

- A arbitragem tributária (II): o pedido arbitral e o processo arbitral; a vinculação da Autoridade Tributária e Aduaneira; legitimidade, prazos e constituição do tribunal; a marcha do processo, a decisão e a dissolução do tribunal arbitral



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO: A REVISÃO DAS LEIS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS (2019/2020)

INFORMAÇÕES

Duração e horário

108 horas letivas, repartidas por 24 sessões (4h30), de 4 de outubro de 2019 a 27 de março de 2020, sendo admitida a inscrição e frequência global ou separada em cada um dos módulos de Contencioso Administrativo (12 sessões)/Contencioso Tributário (12 sessões).

As aulas decorrem em Faro, no Auditório do Conselho Regional de Faro da Ordem dos Advogados, à sexta-feira, entre as 14:30 e as 19:30, com intervalos. Excepcionalmente, a sessão do dia 31/outubro terá lugar à quinta-feira, no mesmo horário.

Número de vagas

35 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição)

Propina

- Curso completo (24 sessões/4h30): €1800
- Módulos separados (12 sessões/4,30h): €1000
- Propina reduzida para Advogados e Advogados Estagiários inscritos no Conselho Regional de Faro da Ordem dos Advogados, mediante prova da respetiva condição: €1500 (curso completo) €800 (módulos separados)

Inscrições

- Inscrições *online* no [website do IDEFE](#)
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.

Certificados

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões correspondentes ao módulo ou módulos em que estejam inscritos.

A emissão de um **Certificado de Pós-Graduação** depende da entrega de um trabalho escrito, a elaborar e a avaliar nos termos do Regulamento que acompanha este Programa. Aos alunos que frequentem os dois módulos e elaborarem com aproveitamento o trabalho escrito (em qualquer área) será atribuído um Certificado de Pós-Graduação em Contencioso Administrativo e Tributário; aos alunos que frequentem apenas um dos módulos e elaborem com aproveitamento o trabalho escrito será atribuído, respetivamente, um Certificado de Pós-Graduação em Contencioso Administrativo ou um Certificado de Pós-Graduação em Contencioso Tributário.

Contactos

Dra. Telma Oliveira, de 2.ª a 6.ª, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.
Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO: A REVISÃO DAS LEIS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS (2019/2020)

FICHA TÉCNICA

Coordenadores

- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva
- Prof. Doutora Clotilde Celorico Palma
- Prof. Doutor João Miranda
- Dr. Ricardo Prelhaz Fonseca

Assessor Científico

- Dr. José Duarte Coimbra

Organização

